

Muito barulho por quase nada

Governistas descartam votar ainda este ano propostas do Programa de Direitos Humanos

BRASÍLIA

Líderes do governo no Congresso Nacional sinalizaram ontem que a crise instalada por causa de divergências em torno do Programa Nacional de Direitos Humanos pode ter sido desnecessária. Petistas descartaram a possibilidade da Câmara e do Senado analisarem ainda este ano as medidas previstas no programa. Embora o decreto que criou o plano contenha a previsão de envio de projetos de lei ao Congresso para regulamentar os principais pontos do texto, a base governista não acredita que os temas previstos no programa tenham condições de entrar na pauta do Legislativo nos próximos meses.

— Eu não tenho expectativa que nós votemos essas matérias em 2010. Este ano, a prioridade é o pré-sal e os temas urgentes da política que nós temos que enfrentar, como as enchentes que atingiram o país — deu o tom o líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP).

Na mesma linha do colega petista, a líder do partido no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse que não há consenso na Casa para a discussão e votação de itens como descriminalização do aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo e mudanças na Lei de Anistia, todos previstos no programa de direitos humanos.

— Em termos legislativos, nesse tipo de assunto, o Congresso é muito lento. Boa parte das matérias que teriam que vir do plano são contro-



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR

Brizza Cavalcante/Ag. Câmara



AGENDA — Para o líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (acima), prioridade do governo no Congresso este ano deve ser a votação do marco regulatório do pré-sal, e não os temas polêmicos previstos no programa

versas. A tendência é se arrastarem no Congresso — analisou Ideli. — Não são matérias que sequer podem colocar na mesma ótica oposição e governo. Há matérias de implicação de ordem religiosa, concepção de vida. Já temos projetos sobre esses temas no Congresso que nunca foram aprovados.

Além de afastar o Congresso da polêmica sobre o Programa de Direitos Humanos, líderes governistas também procuraram transferir para o Judiciário a responsabilidade sobre novas interpretações da Lei da Anistia. Uma ação da Ordem dos Advogados do Bra-

Lula deve se encontrar hoje com Jobim e Vannuchi para discutir divergências

sil questiona no Supremo Tribunal Federal a validade da lei para torturadores do regime militar.

— Esse é assunto da Justiça, não é do governo. O que o governo tem que garantir é o direito à verdade, tornar público os arquivos da ditadura. Abrir os arquivos é uma posição que eu acho correta, e tem que ser feita.

O passo adiante depende da Justiça — afirmou Vaccarezza, antes de colocar em dúvida até mesmo o envio das medidas previstas no programa para o Congresso. — Se (o programa) chegar na Câmara na forma que está, vamos aprimorá-lo. Agora, esse não será um debate para 2010.

Encontro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu reunir hoje pela manhã os ministros Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vanuchi (Direitos Humanos), as principais figuras das divergências dentro do governo em torno do programa. O encontro estava previsto para ocorrer ain-

da na noite de ontem, mas foi adiado porque Lula estaria cansado. Vannuchi chegou a conversar ontem por cerca de 20 minutos com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, sobre a polêmica. Segundo interlocutores do presidente Lula, a expectativa é que, durante o encontro, os ministros apresentem ajustes no texto para neutralizar os pontos de impasse em torno da proposta. O foco da crise é o sexto capítulo do plano, que trata da criação da chamada Comissão da Verdade para investigar agentes da repressão política durante que atuaram na ditadura militar. (Com agências)